

## **COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**

### **PROJETO DE LEI Nº 2.729, DE 2015**

**(Em apenso o PL nº 3.074, de 2015)**

Cria o instituto do apadrinhamento afetivo, voltado à criação de vínculos entre crianças e adolescentes vivendo em abrigos e pessoas da comunidade.

**Autor:** Deputado DIEGO GARCIA

**Relator:** Deputado WILSON FILHO

## **I – RELATÓRIO**

Busca a proposição em apreço que pessoas maiores de 21 anos que não queiram ou não possam assumir a guarda, a tutela ou a adoção, mas que desejem partilhar seu tempo e afeto com os menores abrigados, possam se cadastrar nas Varas da Infância e Juventude, de modo a se tornarem padrinhos ou madrinhas afetivos.

O papel do padrinho ou da madrinha é proporcionar aos afilhados vínculos externos à instituição como visitas, passeios nos fins de semana, comemoração de aniversários ou datas especiais, além de prestar assistência moral, afetiva, física e educacional ao afilhado ou, quando possível, colaborar na qualificação pessoal e profissional, por meio de cursos profissionalizantes, estágios em instituições, reforço escolar, prática de esportes, entre outros, independentemente do estado civil do padrinho ou de parentesco com o afilhado. O candidato não pode apresentar incompatibilidade com a natureza do programa e deve possuir um ambiente familiar adequado e receptivo à criança e ao adolescente

Tramita em apenso à proposição o Projeto de Lei nº 3.074, de 2015, de natureza semelhante, que cria o instituto da família hospedeira, destinado ao estabelecimento de vínculos entre crianças e adolescentes vivendo em abrigos com pessoas da comunidade, prevendo que pessoas maiores de 21 anos que não queiram ou não possam assumir a guarda, a tutela ou a adoção, mas que desejem partilhar seu tempo e afeto com os menores vivendo em abrigos possam se cadastrar no Juízo da Infância e Juventude, a fim de integrar o programa família hospedeira.

O papel dos cadastrados no programa seria proporcionar às crianças e aos adolescentes vínculos externos ao abrigo como visitas, passeios nos fins de semana, comemoração de aniversários ou datas especiais, além de prestar assistência moral, afetiva e educacional ou, quando possível, colaborar na qualificação pessoal e profissional da criança e do adolescente.

As proposições encontram-se sujeitas à apreciação conclusiva das comissões.

Cabe a esta Comissão de Seguridade Social e Família manifestação quanto ao mérito das proposições.

No prazo regimental não foram oferecidas emendas aos projetos.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

No tocante ao mérito, consideramos que a matéria deve prosperar.

Há diversos projetos em curso em diferentes Estados brasileiros que buscam criar vínculos afetivos seguros e duradouros entre crianças e adolescentes e pessoas da comunidade que, embora não queiram adotar ou assumir a guarda de uma criança, se dispõem a disponibilizar parte de seu tempo para dar-lhes afeto e apoio moral. Tais programas focam quase sempre em crianças maiores de dez anos, com chances remotas de adoção, sendo que o guardião continua sendo a instituição de acolhimento.

A ideia destes programas é possibilitar à criança entretenimento, eventuais viagens, alguém que possa auxiliá-la nas tarefas escolares ou mesmo que possa contribuir financeiramente para seus estudos. Desse modo, contribui-se para proporcionar à criança privada de vínculos familiares, alguma previsibilidade e constância, alguma vida fora do abrigo. Tais programas, portanto, vem melhorando a vida de milhares de jovens em todo o país, mas a ausência de base legal cria divergências e insegurança jurídica

A efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária da criança e do adolescente é dever da sociedade em geral e do Poder Público. Nesse prisma, estes projetos de lei ajudam a viabilizar que a comunidade preste um maior auxílio às crianças e adolescentes abrigadas, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade, motivo pelo qual, no âmbito da competência desta Comissão de Seguridade Social e Família, somos favoráveis à sua aprovação.

Dessa forma, pelos motivos acima expostos, apresentamos o voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.729, de 2015, bem como do Projeto de Lei nº 3.074, de 2015.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2016

Deputado WILSON FILHO  
Relator